

DO:

GABINETE DO PREFEITO:

REFERENTE: PCA – PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL

EXERCÍCIO 2025

1. INTRODUÇÃO:

- 1.1 Plano de Contratação Anual - PCA é o documento que consolida todas as compras e contratações que o órgão ou entidade pretende realizar ou prorrogar, no ano seguinte, e contempla bens, serviços, obras e soluções de tecnologia da informação, de maneira objetiva em subsidiar a elaboração das leis orçamentárias e evitar o fracionamento de despesas, bem como sinalizar intenções ao mercado fornecedor de forma a aumentar o diálogo potencial com o mercado e incrementar a competitividade, entre inúmeros beneficio e governança a Administração.
- 1.2. Previsto no Decreto-lei nº 200/1967, o planejamento é um princípio fundamental da administração pública que deve nortear todas as suas atividades. Assim, com o intuito de fortalecer esse importante princípio, e consubstanciado no Acórdão TCU nº 2.622/2015, foi publicada a Instrução Normativa nº 1, de 2019, simplificando os procedimentos para elaboração do Plano de Contratação Anual - PCA.
- Para que a gestão das contratações seja eficiente, é importante que haja um planejamento 1.3. adequado das compras públicas. O planejamento é um princípio fundamental da administração pública e, portanto, deverá manifestar-se em todas as suas atividades.
- Segundo a Lei de Licitações nº 14.133/21, especificamente no art. 12, VI, versa sobre a 1.4. elaboração de um Plano de Contratação Anual (PCA), a saber:

"Art. 12. No processo licitatório, observar-se-á o seguinte:

VII - a partir de documentos de formalização de demandas, os órgãos responsáveis pelo planejamento de cada ente federativo poderão, na forma de regulamento, elaborar plano de contratações anual, com o objetivo de racionalizar as contratações dos órgãos e entidades sob sua competência, garantir o alinhamento com o seu planejamento estratégico e subsidiar a elaboração das respectivas leis orçamentárias. (Regulamento)

§ 1º O plano de contratações anual de que trata o inciso VII do caput deste artigo deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial e será observado pelo ente federativo na realização de licitações e na execução dos contratos.







- 1.5 Já o <u>Decreto Federal nº 10.947/22</u> regulamenta inciso VII do caput do art. 12 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, supracitado em dispor sobre o plano de contratações anual e instituir o Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, que após a aprovação dever contudo ser publicado no portal <u>PNCP Portal Nacional de Contratações Publicas</u>. Ademais, indispensável a divulgação e manutenção do PCA em sítio eletrônico oficial nos termos do art. 12, §1º e sua disponibilização no PNCP Portal Nacional de Contratações Públicas, consoante estabelecido no art. 174, §2º, I.
- 1.6. Conforme preconiza o dispositivo legal, o PCA visa a racionalização das contratações e isso quer dizer que o objetivo é fazer uma programação da necessidade de determinada contratação, através da previsão de consumo, a partir do prognóstico da sua utilização provável e necessária.
- 1.7. Portanto, o PCA será o regulamento responsável por consolidar todas as contratações de bens e serviços previstas para o ano posterior e garantirá o alinhamento com o planejamento estratégico, bem como pareça um ato burocrático, possui vantagens bastante expressivas, além de ser uma poderosa ferramenta para a construção de uma Lei Orçamentária com alto grau de eficácia.

2. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE:

- 2.1. O Gabinete do Prefeito é responsável em coordenar as relações entre os Poderes Executivo e Legislativo, orientar e assessorar o Prefeito Municipal nos assuntos que lhe são pertinentes e formular e implementar políticas de comunicação. Também receber, expedir, controlar e elaborar todos os expedientes, correspondências, protocolos e processos com trâmite no Gabinete e apurar as reclamações relativas à prestação dos serviços públicos da Administração Pública.
- 2.2. Entretanto, para o desenvolvimento diário supracitado é necessário de toda a estrutura, suporte e ferramentas de trabalhos, tais como: matérias de escritório, equipamentos de informática, cursos para qualificação dos funcionários, entre outros.





3. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE:

3.1. RESUMO:

TIPO DE ITEM	QUANTIDADE DE ITENS	VALOR TOTAL ESTIMADO (Prevendo a inflação de 4%	
MATERIAIS CONSUMO	03	33.280,00	
MATERIAIS PERMANENTES	02	63.960,00	
SERVIÇOS	10	670.280,00	
CONTRATAÇÃO CONTINUADO	08	33.800,00	
CONTRATAÇÃO NÃO CONTINUADO	00	0,00	
OBRAS	00	0,00	
SERVIÇOS DE ENGENHARIA	00	0,00	
TOTAL GERAL	23	801.320,00	

3.2. DETALHAMENTO DO PAC:

3.2.1. MATERIAL DE CONSUMO:

Nem Item	Subitem	Descrição	Despesa informada é somente para vincular aos aspectos/necessi dades orçamentárias	Valor orgamentário estimado para o exercício (R\$)	Participação de recursos externos	Grau de prioridade	Data da despesa	
01	Consumo	Combustiveis e Lubrificantes	Sim	28.080,00	Não	Média	Jan a Dez 2025	
02	Consumo	Gênero de alimentação	Sim	2.080,00	Não	Média	Jan a Dez 2025	
03	Consumo	Outros materiais de consumo	Sim	3.120,00	Não	Baixa	Jan a Dez 2025	

3.2.1. MATERIAL PERMANENTE:

Ne Item	Subitem	Descrição	Despesa informada é somente para vincular aos aspectos/necessi dades orçamentárias	Valor orçamentário estimado para o exercício (R\$)	Participação de recursos externos	Grau de prioridade	Data da despesa
01	Permanente	Computadores	Sim	62.400,00	Não	Média	Jan a Dez 2025
02	Permanente	Mobiliário de escritório	Sim	1.560,00	Não	Média	Jan a Dez 2025





3.2.2. SERVIÇOS:

N Item	Subitem	Descrição	Despesa informada é somente para vincular aos aspectos/necessi dades orçamentárias	Valor orgamentário estimado para o exercício (R\$)	Participação de recursos externos	Grau de prioridade	Data da despesa
01	Serviço não continuado	Manutenção de bens imóveis	Sim	3.120,00	Não	Baixa	Jan a Dez 2025
02	Serviço não continuado	Materiais para manutenção de veiculos	Sim	3.640,00	Não	Baixa	Jan a Dez 2025
03	Serviço não continuado	Serviço de 3° pessoa física	Sim	98.800,00	Não	Baixa	Jan a Dez 2025
04	Serviço não continuado	Serviço de 3° pessoa Jurídica	Sim	296.400,00	Não	Baixa	Jan a Dez 2025
05	Serviço não continuado	Serviços Técnicos Profissionais	Sim	16.640,00	Não	Baixa	Jan a Dez 2025
06	Serviço não continuado	Manutenção e Conservação de veiculos	Sim	2.080,00	Não	Baixa	Jan a Dez 2025
07	Serviço não continuado Serviço áudio, vídeo e foto		Sim	3.120,00	Não	Baixa	Jan a Dez 2025
08	Serviço não continuado	Seguro em Geral	Sim	7.280,00	Não	Baixa	Jan a Dez 2025
09	Serviço não continuado	Serviços Bancários	Sim	156.000,00	Não	Baixa	Jan a De: 2025
10	Serviço não continuado	Outros serviços de terceiro	Sim	83.200,00	Não	Baixa	Jan a De: 2025

3.2.2. CONTRATAÇÃO:

ltem	Subitem	Descrição	Despesa informada é somente para vincular aos aspectos/necessi dades orcamentárias	Valor orçamentário estimado para o exercício (R\$)	Participação de recursos externos	Grau de prioridade	Data da despesa	Necessidade de renovação			
01	Serviço continuado	Seguro em Geral	Sim	7.280,00	Não	Baixa	Jan a Dez 2025	Sim			
02	Serviço continuado	Assinatura de Periódicos	Sim	12.480,00	Não	Alta	Jan a Dez 2025	Sim			
03	Serviço continuado	Internet	Sim	1.040,00	Não	Alta	Jan a Dez 2025	Sim			
04	Serviço continuado	Telefonia fixa	Sim	520,00	Não	Alta	Jan a Dez 2025	Sim			
05	Serviço continuado	Telefonia móvel	Sim	520,00	Não	Alta	Jan a Dez 2025	Sim			
06	Serviço continuado	Fotocopias XEROX	Sim	6.240,00	Não	Alta	Jan a Dez 2025	Sim			
07	Serviço continuado	Energia elétrica	Sim	3.640,00	Não	Alta	Jan a Dez 2025	Sim			
08	Serviço continuado	Manutenção de ar condicionado	Sim	2.080,00	Não	Alta	Jan a Dez 2025	Sim			

Sem mais,

Cassiana R. Lindes Silva Secretária de Gabinete